



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Diretrizes curriculares e contrarreforma da Educação Superior: desafios e formas de resistências do serviço social

Janaina Lopes do Nascimento Duarte¹

Resumo

Este texto constitui-se como um recorte da nossa pesquisa de doutorado em Serviço Social e objetiva elucidar desafios e formas de resistência do coletivo profissional de assistentes sociais, diante das determinações da contrarreforma da educação superior que impactam na formação profissional pautada nas Diretrizes da ABEPSS de 1996. Para tanto, discutiremos: a) a contrarreforma da educação superior, marcada pela expansão deste nível de ensino sob o domínio privado; b) o processo de constituição e os principais desafios às diretrizes curriculares de 1996; e, por fim, c) as formas de resistência da categoria profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Educação Superior. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Formas de resistência do Serviço Social.

Abstract

This text is constituted with a part of our doctorate research in Social Work and has the objective of show the challenges and resistance forms of the social work's collective professional, in front of counter reform determinations of higher education that impact in the professional formation based in the ABEPSS Directives of 1996. To do this, we are going to discuss: a) the higher education's counter reform, marked by the expansion of this level of education under private domain; b) the constitution process and the main challenges to the curricular directives of 1996; and, finally, c) the Social Work professional category resistance forms.

Keywords: Higher Education. ABEPSS's Curricular Directives. Social Work's resistance forms.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se como um recorte da nossa pesquisa de doutorado em Serviço Social (em andamento), cujo debate central são as contradições entre o trabalho

¹ Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

docente contemporâneo do Assistente Social e as formas de resistência do coletivo docente no contexto de grandes transformações atuais da educação superior brasileira.

Nosso ponto de partida é que a política de educação superior vem se constituindo como novo espaço de acumulação, em especial a partir da década de 1990, como resultado do processo de reorganização do capitalismo, diante da sua crise contemporânea. Neste sentido, a educação superior é atravessada por uma série de determinações, condicionadas pelo redimensionamento do Estado neoliberal, que culmina na sua vinculação, como política pública, aos interesses e necessidades do mercado.

Por isso, em tempos de contrarreforma, a educação superior vivencia grandes alterações que atingem a dinâmica entre formação e exercício profissional das mais variadas profissões, dentre elas o Serviço Social. No caso particular do Serviço Social tem sido praticamente unânime a preocupação com os rumos da formação profissional vinculada às diretrizes da ABEPSS de 1996 e, especialmente, com os impactos que podem acarretar ao projeto ético-político profissional, o que tem mobilizado profissionais, estudantes e suas respectivas entidades organizativas.

É no bojo deste debate que localizamos o objetivo central deste trabalho: elucidar desafios e formas de resistência do coletivo profissional de assistentes sociais, diante das determinações da contrarreforma da educação superior que impactam sob a formação profissional pautada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e homologadas pelo MEC em 2001. Nosso intuito é não só identificar, mas fortalecer a resistência no Serviço Social, estimulando sua articulação interna e externa à profissão, ou seja, com outros movimentos de luta pela educação superior de pública e de qualidade.

Para tanto, buscaremos discutir três eixos centrais: a) a contrarreforma da educação superior, marcada pela expansão deste nível de ensino sob o domínio privado; b) o processo de constituição e os principais desafios às diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996; e, por fim, c) algumas formas de resistência da categoria profissional do Serviço Social.

1. CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: expansão a partir da consolidação da privatização

No Brasil, com o apoio dos organismos internacionais, desde o final dos anos 1980, as várias frações da burguesia brasileira, apesar de seus interesses particulares,

uniram-se na defesa do projeto societário neoliberal, adequando-se ao processo de reorganização mundial do capitalismo, por meio da ampliação e da legitimidade das suas políticas, pautadas: na desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, na privatização dos setores estratégicos da economia, na abertura comercial e na desregulamentação financeira. Este é o cenário que concretiza a contrarreforma do Estado Brasileiro na década de 1990, em especial a partir de 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Neste sentido, o governo Cardoso delimita as funções do Estado brasileiro, buscando reorganizá-lo e, assim, delimitando-o, por meio de uma lógica gerencial, em três áreas de atuação²: a) as atividades exclusivas do Estado; b) os serviços sociais e científicos não exclusivos do Estado; e c) a produção de bens e serviços para o mercado (PEREIRA, 1997). Conforme Lima (2007, p. 98, grifos nossos), “[...] o Estado deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela produção de bens e serviços, para exercer a função de *regulador* desse desenvolvimento [...]”, repassando a execução para a responsabilidade do setor privado e para o setor público chamado de não-estatal, ou seja, o setor parcialmente subsidiado pelo Estado.

Portanto, a contrarreforma do Estado carrega o fundamento para a reorganização da educação superior em tempos de ofensiva neoliberal no Brasil, no qual a educação assume o lugar de “[...] setor de serviços não exclusivos do Estado [...]”, ou seja, um serviço que deve ser prestado por Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, flexibilizando as fronteiras entre o público e o privado para garantir a naturalização do processo de privatização. Este processo caracteriza-se: a) pela desconstrução da educação superior como direito social; e b) pela desresponsabilização do Estado com este nível de educação, por meio da “[...] redução de verbas públicas para o financiamento da educação superior e do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, sob a aparência de democratização do acesso” (LIMA, 2007, p. 126).

Assim, a racionalidade da contrarreforma do Estado permite a produção de um arcabouço jurídico que atinge diretamente a educação superior brasileira, materializando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996³. De acordo com

² Tais ações são regulamentadas pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, em 1995, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) na gestão de Luiz Carlos Bresser Pereira.

³ A LDB atual (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996.

Netto (2000, p. 26), em relação ao ensino superior, “[...] o desenho que está na LDB é a explícita incorporação da lógica gerencial capitalista da relação custo-benefício [...]”, presente não só nesta lei, mas nos vários decretos, medidas provisórias e, sobretudo, portarias que redimensionaram o ensino superior brasileiro a partir de uma lógica privatista no pós-1990.

Neste cenário, a educação superior brasileira amplia-se de forma consistente a partir do governo Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), com aprofundamento nos governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) e também Dilma Rousseff⁴ (2010-2013, dando continuidade no novo governo), caracterizando um processo de larga expansão, com diversificação das instituições e cursos, sob a imagem da democratização, mas omitindo: 1) a privatização interna e o sucateamento das universidades públicas; e 2) o empresariamento da educação superior. Logo, promovendo uma expansão na direção da desobrigação do Estado em assegurar as condições materiais para a efetivação deste nível de educação.

Particularizando o período mais recente (a partir de 2000), Lima (2007) ressalta que a contrarreforma da educação superior no Brasil pode ser demarcada por dois grandes eixos:

1) O empresariamento da educação que expressa a ampliação da privatização e da mercantilização da educação superior a partir: a) *Aumento de instituições privadas* com a tendência de privatização da educação superior por meio das faculdades isoladas e centros universitários que não precisam, por determinação legal, implementar políticas de pesquisa e extensão; b) *Privatização interna das IES públicas* via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado, ou seja, é a constituição de uma forte aliança com os empresários na direção de um “mercado educador”, “[...] esvaziando as ações coletivas por condições de trabalho, remuneração e carreira docente” (LIMA, 2007, p. 24); e

2) A certificação em larga escala, por meio de estratégias como o ensino à distância (EAD), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como subsídios públicos para a mercantilização da educação e da expansão, muitas vezes desqualificada, do ensino superior. O que ainda

⁴ No momento, estamos em processo de aprofundamento dos nossos estudos sobre a continuidade da expansão da educação superior no Governo Dilma Rousseff.

contribui para reconfiguração do papel da universidade pública (em particular, as federais) que passa a ser reduzida a instituições de ensino de graduação, deslocadas da pesquisa e da produção e socialização do conhecimento crítico e criativo.

Esse cenário de variadas faces da contrarreforma na educação superior também cria uma cultura no interior da política de educação superior fundamentada no critério de produtividade, da desvalorização da educação e do trabalho docente, da desqualificação e aligeiramento da formação profissional. Tal cultura invade o cotidiano das instituições de ensino superior, comprometendo a tríade ensino, pesquisa e extensão, atingindo o universo da graduação e da pós-graduação em seus diversos cursos e projetos de formação profissional, e conseqüentemente, atingindo toda a comunidade acadêmica (estudantes, antigos e novos docentes, profissionais).

A dinâmica geral que carrega alterações contundentes para a política de educação superior brasileira se desdobra e incide também sobre a formação dos Assistentes Sociais brasileiros, acarretando desafios em torno de diferentes projetos de formação profissional para o Serviço Social.

2. DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996: constituição e desafios

O processo de elaboração das diretrizes curriculares em vigor para o Serviço Social culmina com sua aprovação em 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como fruto de um amplo e diversificado debate da categoria profissional no Brasil.

É relevante destacar que as diretrizes constituem-se como resultado de um processo histórico de “[...] amadurecimento intelectual, acadêmico e ético-político experimentado pelo Serviço Social brasileiro a partir da intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional” (ORTIZ, 2013, p. 12). Por isso, tais diretrizes compõem-se como herdeiras do processo de renovação da profissão⁵ que tem seu ponto culminante, no Brasil, com o “Congresso da Virada”⁶, em 1979.

⁵ Processo fundado no desencadeamento de uma crise das formas tradicionais do exercício profissional no mundo e no Brasil, a partir de meados da década de 1960, sendo marcado por um conjunto de novas características relacionadas à intervenção profissional, à sua validação teórica e à sua legitimação social (NETTO, 1998), determinando um novo “modo de ser” da profissão.

⁶ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) constitui-se como um marco para a profissão, no qual se colocam as bases de um novo processo histórico para o Brasil e, em especial, para o Serviço Social contemporâneo, pois, como destacam Guerra e Ortiz (2009), a “virada de 1979” desdobrou-se em

Sustentado nos aportes da Teoria Social Crítica (apoiado no pensamento marxiano), o projeto de formação do Serviço Social de 1996 busca um perfil profissional dotado de “[...] formação intelectual e cultural *generalista crítica*, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (BRASIL, 1999, p. 1, grifo nosso), comprometido com os valores e princípios do Código de Ética de 1993.

Portanto, uma formação ampla, densa, crítica que possibilite “[...] atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento” (BRASIL, 1999, p. 1), segundo políticas sociais, públicas e privadas, mas tomando como ponto de partida a análise e a interpretação da realidade, a fim de nos apropriarmos de potencialidades contraditoriamente construídas, na direção de um projeto societário vinculado aos interesses dos trabalhadores. Assim, a formação deve viabilizar uma “[...] capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade” (BRASIL, 1999, p. 1).

Além do perfil, as diretrizes de 1996 articulam-se a um conjunto de competências, habilidades e princípios vinculados a uma nova lógica curricular⁷ para o curso de Serviço Social que se sustenta “no tripé dos conhecimentos constituídos pelos *núcleos de fundamentos*: teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional⁸” (BRASIL/MEC/SESu, 1999, p. 3-4, grifos nossos).

No entanto, a aprovação formal das diretrizes de 1996 pelo Ministério da Educação (MEC) só ocorre em 2001, no cenário já consolidado da contrarreforma do Estado brasileiro e, conseqüentemente, diante do andamento das contradições (im)postas à política de educação superior. Isto acarretou em impasses entre as diretrizes aprovadas

várias outras distintas e autoimplicadas: na formação, no exercício profissional e na organização política da categoria, expressando a construção de um novo projeto profissional - o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

⁷ A nova lógica busca “[...] superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (BRASIL/MEC/SESu, 1999, p. 4).

⁸ Tais núcleos “englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (BRASIL, 1999, p. 4).

pelo Conselho Nacional de Educação e as diretrizes construídas coletivamente pela categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros, em 1996, o que dá origem ao que “[...] comumente chamamos de ‘*Diretrizes da Abepss e Diretrizes do MEC*’” (ORTIZ, 2013, p.14, grifos nossos).

Como destaca Iamamoto (2012), o texto final das diretrizes curriculares, ao serem homologadas em 04/07/2001 pelo MEC, “[...] sofreu uma *forte descaracterização* tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social” (idem, p. 43, grifos nossos). E continua afirmando que esses elementos “[...] *sofreram cortes* que comprometem o projeto original proposto ao Conselho Nacional de Educação (CNE)” (IAMAMOTO, 2012).

Na verdade, os cortes direcionados para o perfil, as competências e habilidades, os princípios da formação, bem como os tópicos de estudos⁹, “[...] tendem a reducionismos teórico-metodológicos e desvios ético-políticos” (ABEPSS, 2008, p. 4), fragilizam e comprometem o projeto de formação profissional da ABEPSS e sua articulação com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Isto porque as exclusões: 1) não garantem um conteúdo básico comum à formação em todo o Brasil, estando este conteúdo submetido à livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas, desde que preservados os núcleos de fundamentos (IAMAMOTO, 2012); e 2) a retirada de elementos chaves da proposta original da ABEPSS (assentados na adoção da Teoria Social de Marx), tende ao risco da reatualização de modelos conservadores de intervenção (ORTIZ, 2013).

Assim, podemos afirmar que tais alterações geram desafios e disputas políticas cotidianas entre os distintos projetos de formação profissional dos assistentes sociais, fundados nas “diretrizes da ABEPSS”¹⁰ e nas “diretrizes do MEC”, o que, de acordo com Ortiz (2013, p. 18), “[...] impede que a formação seja capaz de incidir sobre as consciências dos futuros profissionais, confrontando-se com a alienação presente na vida cotidiana”.

⁹ Para aprofundamento da análise dos cortes sofridos pelas “diretrizes da ABEPSS”, aprovados nas “diretrizes do MEC”, ver as referências Iamamoto (2012) e Ortiz (2013).

¹⁰ Segundo o próprio relatório final da pesquisa de implementação das diretrizes curriculares (ABEPSS, 2008, p. 6), “[...] embora haja divergências entre as Diretrizes Curriculares para a Área do Serviço Social, aprovadas pelo MEC em 2001, e as originalmente construídas pela ABEPSS, em 1996, predomina na comunidade acadêmica do Serviço Social, diga-se, entre os setores alinhados à direção da ABEPSS, a orientação da proposta original da entidade”.

Na verdade, expõem um cenário desafiador para a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, principalmente quando articulada à dinâmica da contrarreforma do Estado brasileiro e da sua expressão na política de educação superior. Neste sentido, destacamos alguns desafios, tais como: o aligeiramento da formação, por meio dos cursos EAD (destaque para a precariedade da realização do estágio supervisionado em Serviço Social); a expansão da rede privada e a ausência da transversalidade da pesquisa (foco apenas no ensino); a fragilização da educação pública de nível superior (inclusive com desdobramentos na assistência estudantil); a precarização e intensificação do trabalho docente; o produtivismo acadêmico que acirra o processo de alienação do trabalho e dificulta o processo de resistência; o adoecimento dos professores e estudantes; a concepção de educação como mercadoria e não como direito social; a implementação do PROUNI, REUNI, ENADE e outras propostas da Política Nacional de Educação implementadas no cotidiano das IES.

Entretanto, tal cenário desafiador para a formação profissional em Serviço Social e para a consolidação das “Diretrizes da ABEPSS” não se dá sem luta, sem resistência do coletivo profissional, até porque tal projeto de formação crítico encontra-se localizado como parte do projeto ético-político profissional.

3. ALGUMAS FORMAS DE RESISTÊNCIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Então, podemos dizer que a ofensiva atual contra a educação superior vem se consolidando, mas não sem resistência por parte de vários coletivos profissionais, e dentre eles, os assistentes sociais que historicamente renovam no cotidiano sua capacidade de resistir e lutar. Como afirma Ortiz (2013, p. 29): “[...] não podemos desconsiderar as contradições presentes nesta mesma sociedade e as possibilidades históricas [...]” postas e construídas no cotidiano.

Por isso, é importante lembrar que no processo de resistência o coletivo tem papel essencial: as entidades nacionais, e nelas, os profissionais, os docentes, os pesquisadores e os estudantes, sendo fundamental a construção e efetivação de uma agenda de lutas coletivas.

Neste sentido, elucidaremos abaixo algumas (dentre outras) iniciativas do coletivo profissional do Serviço Social que compõem uma agenda de ações contemporâneas

encaminhadas pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS/CRESS, em conjunto com outras lutas (a exemplo das empreendidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes - ANDES e pelo movimento estudantil, particularmente os estudantes de Serviço Social).

A) Diretrizes Curriculares da ABEPSS: sua própria elaboração e aprovação, em 1996, no coletivo profissional constituem-se como uma estratégia de resistência à ofensiva neoliberal nos anos 1990, pois é produto de um amplo e sistemático debate realizado por meio de um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social, com o apoio do conjunto CFESS/CRESS e da ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social). Entre oficinas locais, regionais e nacionais da antiga ABESS, bem como da assessoria de um grupo de consultores, foi elaborada a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional no país, sendo apreciada e aprovada na II Oficina Nacional de Formação Profissional, em Assembléia Geral da ABESS, no Rio de Janeiro/RJ, entre 07 e 08 de novembro de 1996 (ABEPSS, 1996).

B) Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes do Curso de Serviço Social: importante estratégia coordenada pela ABEPSS em 2006, resultante também de um momento de ampla mobilização de unidades de ensino que aderiram a essa investigação avaliativa por meio de docentes, estudantes e profissionais envolvidos com a supervisão direta de estágio. Em relatório final, a própria entidade ratifica a relevância da mobilização e da realização desta ação combativa, também como momento de reflexão e capacitação da categoria, reiterando o “[...] significado acadêmico-político que a vincula às *estratégias de resistência* à investida da atual Política de Educação na precarização da formação profissional” (ABEPSS, 2008, p. 5). Neste sentido, o relatório ainda destaca: a mobilização das unidades de ensino para a realização da pesquisa; o processo de reflexão crítica, desenvolvido nos diferentes eventos¹¹ de divulgação dos resultados da pesquisa; os subsídios acadêmicos e políticos que a pesquisa oferece para repensar criticamente a formação.

¹¹ As seis Oficinas Regionais e o X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - X ENPESS - em 2006; o 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 12º CBAS/IV Seminário Nacional de Seguridade e Serviço Social - IV ENSS- em 2007; e o II Seminário Nacional de Pós-Graduação/Oficina Nacional de Graduação, em 2008 (ABEPSS, 2008).

C) Projeto ABEPSS Itinerante: projeto com formato de curso¹² realizado pela ABEPSS (gestão 2011/2012), intitulado “As diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional do Serviço Social”, cujo objetivo geral era fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, com reforço nos eixos: Fundamentos, Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática (ABEPSS, 2011). Na verdade, a iniciativa emerge a partir dos indicativos postos pela Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes (2006), bem como pela necessidade de “[...] envolver docentes e profissionais no debate sobre a formação profissional, já que, em sua maioria não acompanharam a discussão e aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS” (ABEPSS, 2011, p. 8).

Entretanto, a própria finalização deste projeto¹³ suscitou recomendações à sua continuidade, em especial no que se refere ao tema estágio supervisionado. Neste sentido, a atual gestão 2013-2014, “[...] apresenta uma nova proposta, que pretende dar continuidade ao projeto anterior, na perspectiva de consolidar os êxitos e superar os pontos nevrálgicos de sua primeira edição” (ABEPSS, 2014, p. 6-7). Sob o título “**Projeto ABEPSS itinerante 2014 - Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazer os nós e construir alternativas**”, esta nova versão do “ABEPSS itinerante” tem o objetivo geral de “[...] fortalecer a implementação da Política Nacional de Estágio (PNE) como estratégia para a ampliação da base político-acadêmica do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, nas UFAs” (ABEPSS, 2014, p. 8).

D) Composição do Grupo “Trabalho e Formação Profissional”: o referido GT foi constituído em dezembro de 2008, em cumprimento à deliberação 1-F do Eixo Formação, aprovada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, por meio da Portaria CFESS n. 25,

¹² Curso realizado em módulos, com carga horária de 60 horas, sob a responsabilidade da ABEPSS, mas com o apoio do conjunto CFESS/CRESS (em articulação com as regionais) (ABEPSS, 2011).

¹³ “[...] o projeto alcançou todas as regiões brasileiras, contemplando cerca de 400 participantes, os quais se comprometeram, em sua maioria, com a socialização e multiplicação da proposta nos diversos espaços da formação profissional, do estágio supervisionado, da atuação institucional, das comissões dos CRESS etc. Além do compromisso em contemplar os conteúdos e os questionamentos apreendidos/desenvolvidos em projetos de pesquisas e de extensões no interior de suas instituições superiores de ensino” (ABEPSS, 2014, p. 5).

de 03/11/2008 (CFESS, 2011, p. 1), com a incorporação, em março de 2009 da ABEPSS (CFESS, 2011, p. 2). O objetivo central era sistematizar atividades realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior, a fim de subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional qualificado. O resultado deste combativo e atual GT foi a criação do “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior”, em abril de 2008.

E) Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior: iniciativa concretizada e articulada pelo conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, em 2008, a partir dos grandes eixos: ações relativas à Política Nacional de fiscalização; ações de estudos e pesquisas; ações de articulação com entidades, movimentos sociais e conselhos; ações de comunicação e mobilização; ações junto ao MEC; ações junto ao poder legislativo; e ações jurídicas (CFESS, 2011). Nesta direção, atua coletivamente em várias frentes, por meio: da realização de seminários nacionais; ações diversas e trabalhos de denúncia¹⁴; elaboração de resoluções pelo conjunto CFESS/CRESS, como a Resolução CFESS n. 533/2008 que regula a supervisão direta de estágio; publicações direcionadas para temas relevantes sobre a formação e o exercício profissional¹⁵; a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, com apoio do CFESS (a partir da resolução 533/2008), em defesa do fortalecimento do estágio supervisionado.

F) No campo da pesquisa, o Serviço Social, sob a direção da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS tem orientado temas na direção dos interesses da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, há também o esforço em organizar a produção da área por meio da constituição dos **Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**, na busca do fortalecimento

¹⁴ Exemplo: trabalho de denúncia e crítica que resultou, em agosto de 2009, por meio da Portaria n. 44, publicada no Diário Oficial da União, no descredenciamento pelo MEC, da Fundação Universidade de Tocantins (Unitins) para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância

¹⁵ Constituem-se como exemplos de publicações do CFESS: “Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social” e “Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS”, ambas em 2013; e “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social – Volume 2”, em 2014. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 11 mar. 2015.

dos vínculos entre pesquisadores, temáticas e demandas concretas da sociedade (GUERRA, 2010). Esta conquista resulta da “construção de uma forte relação entre graduação e pós-graduação” (GUERRA, 2010, p. 732), como patrimônio histórico do Serviço Social.

A agenda de ações citadas (dentre tantas outras) articula o coletivo profissional, envolvendo assistentes sociais, docentes e discentes, uma vez que foram propostas e conduzidas pelas entidades da categoria profissional (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) que representam o conjunto dos sujeitos profissionais e estudantes (ainda que não estejam envolvidos em sua totalidade).

Portanto, a agenda de lutas coletivas caracteriza-se como um instrumento político direcionado a fortalecer a formação e o exercício profissional, bem como a tensionar os processos que os envolvem, em tempos de negação do direito à educação superior no Brasil, em especial com o desmonte da universidade pública, a expansão do ensino superior privado e a precarização do trabalho docente.

É oportuno considerar ainda que o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas, “[...]entendidas numa relação dialética que favorece, potencializa e oxigena nosso movimento de aprender e atuar profissional e politicamente nas contradições e de seguir adiante qualitativamente melhor” (SANTOS, 2010, p. 704).

Logo, não envolve e atinge a todos (profissionais, docentes e estudantes), pois tempos e espaços são diferentes, conforme a incorporação individual e coletiva dos debates e das lutas, pois, como afirma Santos (2010, p. 704), “[...] nos tornamos assistentes sociais, e este movimento de tornar-se é histórico, é diverso na história de cada um/uma de nós”. É necessária “[...] temporalidade para gestar seja o profissional assistente social em sua dimensão individual, seja o coletivo da categoria profissional” (SANTOS, 2010, p. 704).

Então, é necessário manter viva a nossa capacidade de articulação, debate crítico, iniciativa política, fortalecendo as formas (e construindo novas formas) de resistência, a fim de garantir a consolidação das diretrizes curriculares de 1996 e, conseqüentemente, o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**: (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). ABEPSS, 1996.

Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luis, 2008.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante**. ABEPSS, nov./2011. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/files/PROJETO-ABEPSS-Itinerante-final.ppt#256,1,Slide1>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **Projeto ABEPSS Itinerante 2014** - Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. ABEPSS, fev. 2014. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/files/up/ABEPSS%20ITINERANTE\(1\).pdf](http://www.abepss.org.br/files/up/ABEPSS%20ITINERANTE(1).pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares**: Curso: Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CFESS. **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior**. Brasília: CFESS/GT Trabalho e Formação Profissional, jan./2011.

Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/02_planodelutas_2011.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.

GUERRA, Y. Formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e distância. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 715-736, 2010.

GUERRA, Y.; ORTIZ, F. G. Os Caminhos e os Frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 123-135, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a Assistente Social**. Brasília (DF): CFESS, 2012, p. 33-74.

LIMA, K. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), Ano 1, n. 1, p. 11-33, 2000.

ORTIZ, F. G. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (orgs). **Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 11-31.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **CADERNOS MARE da Reforma do Estado**, Brasília (DF): Ministério da Administração e Reforma do Estado, v. 1, p. 7-57, 1997.

SANTOS, S. M. de M. dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, 2010.